



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 014/2024/SMSMSTD

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

1.2 Esta presente licitação tem por objetivo efficientização do sistema de iluminação pública do município de São Borja, através de **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de luminárias com tecnologia LED em razão da substituição de luminárias com tecnologia Vapor de Sódio e Mercúrio. A iluminação pública representa uma parcela significativa da conta de energia elétrica dos municípios.

Assim sendo, hoje a maioria das luminárias de IP são composta por tecnologia de Vapor de Sódio, as quais possuem um consumo elevado de energia, com baixo fluxo luminoso e baixa uniformidade na iluminação, quando comparado a tecnologia LED. Nesse contexto é inserida a demanda pela modernização do parque de iluminação pública, o que permite não só uma economia de energia, mas também uma economia financeira ao município. Cabe salientar que este Registro de Preço faz referência ao memorial descritivo do Projeto de Modernização da Iluminação Pública de São Borja, que tem por Responsável Técnico o Engenheiro Elétrico Henrique Stein, CREA/RS : 210535

O projeto do MEMORIAL DESCRITIVO contemplará todas as ruas do município que ainda não possuem iluminação pública com luminárias LED. Foi realizada uma divisão por bairros com os quantitativos e um quadro geral com um resumo.

Será escolhida a empresa(contratada) que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL , a qual atenderá todos os requisitos necessários, incluindo, além das Leds, a instalação da Luminárias Leds Públicas e seus acessórios, ensaio de amostra, ensaio de recebimento, projeto executivo, garantia das Leds, documentação, descarte de materiais, entre outros, conforme MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

1.3. As quantidades e valores encontram-se melhor descritas na documentação que embasou a elaboração do ETP – Estudo Técnico Preliminar, a qual seguirá anexa a este.

1.4. Abaixo, planilha com quantitativos totais:

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PLANILHA QUANTITATIVA DAS LUMINÁRIAS LEDS PÚBLICAS**

ITEM	QUANTIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA	DESCRIÇÃO
1	61	20	Luminária PÚBLICA LED até 180W, 5.000K conforme memorial descritivo.
2	713	20	Luminária PÚBLICA LED até 100W, 5.000K conforme memorial descritivo.
3	4.030	20	Luminária PÚBLICA LED até 60W, 5.000K conforme memorial descritivo.
4	4.804	20	Relé fotoeletrônico, conforme memorial descritivo.
5	774	20	Braço de iluminação pública de 3 m, conforme memorial descritivo. (Inclusa remoção do braço existente)
6	4.030	20	Braço de iluminação pública de 2 m, especificações, memorial descritivo. (Inclusa remoção do braço existente)
7	14.412	60	Conector para iluminação pública em RDA, tipo perfurante para rede isolada ou nua.
8	4.804	20	Cinta para poste circular, galvanizada a fogo, 250mm, com três parafuso tipo francês M16x75mm
9	1	1	Projeto executivo conforme memorial descritivo.
10	40	1	Ensaio de luminária LED pública, realizado em laboratório acreditado INMETRO para verificação de: Fotometria, Fluxo Luminoso, Eficiência Energética, Potência, Fator de Potência, Grau de Proteção I.P, Grau de Proteção IK, fiação interna e externa e verificação de componentes de acordo com critérios estabelecidos na Portaria INMETRO 62/2022.
11	4.804 leds	20	Instalação das luminárias públicas leds de até 180w, de até 100w, de até 60w(incluso remoção das existentes) , instalação dos braços de 2m e 3m(incluso remoção dos existentes) e instalação dos outros componentes que acompanharão as leds(incluso remoção dos existentes)

1.5 Justificativa para quantidade mínima a ser cotada :

A quantidade mínima a ser cotada tem como justificativa a quantidade mínima a ser adquirida, baseando-se em aspectos técnicos, econômicos e logísticos de mercado, levando-se em consideração, ainda, a racionalização dos recursos públicos, eficiência logística, a viabilidade comercial, redução de custos operacionais, previsibilidade e planejamento orçamentário/financeiro, bem como, trazer segurança jurídica e contratual ao processo.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será inicialmente de até 12 (doze) meses, prorrogável por mais 12 meses, na forma da Lei nº 14.133/2022, do artigo 84.

3.CLASSIFICAÇÃO DE BENS/SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (x) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- (x) serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, alínea “a” Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição/contratação visa atender o município de São Borja através da substituição das leds atuais a vapor de sódio e mercúrio por luminárias com tecnologias LED.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução demonstrada neste TERMO DE REFERÊNCIA nº 14/2024/SMSMSTD, é a abertura de Registro de Preços para aquisição de Luminárias Leds Públicas e seus acessórios para substituição das luminárias atuais e, conseqüentemente, a contratação de empresa especializada no ramo de luminárias Led públicas que forneçam as mesmas, os braços e todos seus componentes, conjuntamente com a instalação de todo este aparato, conforme as especificações/condições contidas nos requisitos da contratação, item 6.1 deste termo

Cabe salientar que esta aquisição das LEDs é relevante para o município de São Borja, pois trará vários benefícios(energéticos e não energéticos):

Economia estimada de energia de 1.136,86 Mwh/ano;Redução de demanda estimada na ponta de 249,62 kW;Minimizar as despesas com o consumo de energia elétrica e com a manutenção dos sistemas de Iluminação em função do uso de equipamentos energeticamente econômicos e com elevada vida útil;Promover a transformação do mercado mediante implementação da tecnologia LED;Redução de emissão de gases causadores de efeito estufa decorrente da redução no consumo de energia.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Em razão da demanda apresentada através do MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, a contratação será realizada através do sistema de Registro de Preços com a finalidade de aquisição de luminárias com tecnologia LED em substituição as atuais luminárias a vapor de sódio e mercúrio

As luminárias COM TECNOLOGIA LED têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da lei federal nº 14.133/2021.

.A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Para fins de contratação, a empresa deverá apresentar toda documentação relativa a regularidade de funcionamento da mesma, seja fiscal, trabalhista, nos termos da legislação vigente.

6.3 A empresa ficará responsável pela entrega das Luminárias Led Públicas mencionadas, tendo os custos com carga, transporte e descarga por conta da mesma, bem como a garantia mínima, quanto a defeitos de fabricação.

6.4 Havendo a necessidade de substituição da mesma, em razão de algum defeito, a empresa deverá providenciar a troca em no máximo 72(horas), salvo em casos atípicos em que a empresa deverá justificar ao servidor indicado pela fiscalização.

6.5 Deverá ser mantido canal de relacionamento entre as partes, contratado e contratante, para dirimir dúvidas e/ou problemas que ocorrem no decorrer da execução da entrega das Luminárias Led Públicas.

6.6 Na impossibilidade de não poder esse canal de relacionamento ser feito de forma presencial, as partes deverão apresentar números(s) de telefone válido, inclusive com endereço de correio eletrônico(e-mail) para formalização das dúvidas e/ou informações.

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. LOCAL E HORÁRIO

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h as 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br

No processo de entrega, a empresa contratada deverá entregar o(s) lote(s) a ser instalado no DMPD citado acima e, sucessivamente, vai retirando as luminárias atuais para a instalação das novas.

Em relação ao descarte de materiais, ficará a cargo da contratada o descarte dos materiais que não poderão ser reaproveitados e que não sejam de interesse do município, tais como: lâmpadas, fotocontroladores, reatores, etc. Estes devem ser destinados conforme legislação ambiental. Os materiais que o município julgar que podem ser reaproveitados ou com possibilidade de serem leiloados como sucata deverão ser entregues em local dentro do perímetro urbano a ser definido.

8.2. PRAZO DE ENTREGA E PRAZO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

8.2.1 O prazo de entrega das Luminárias Leds Públicas será **de até 10 (dez) dias**, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

8.2.2 Havendo a necessidade de prorrogação no prazo de entrega, a empresa deverá contatar o fiscal do contrato para apresentar a justificativa, dentro do prazo inicial, podendo ou não ser aceita pelo mesmo.

8.2.3 Sendo tal prorrogação aceita pelo fiscal, a mesma não poderá ser superior ao limite máximo de mais de 10(dez) dias corridos na sequência da contagem do prazo inicial.

8.2.4 A ADJUDICATÁRIA terá o prazo mínimo de execução de serviço de 30 luminárias por dia para execução deste serviço.

8.2.5 A adjudicatária terá o prazo máximo para mobilização de sua logística para vir ao Município de São Borja de 10 dias a contar do fim do prazo da entrega das Luminárias Leds Públicas para dar início à tarefa.

8.3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO – Artigo 140 DA LEI 14.133/21

8.3.1 O recebimento provisório do material/peça será feito por servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, **pelo máximo de 05(cinco) dias**, mediante termo circunstanciado ou documento hábil que o substitua no momento da entrega do mesmo junto ao local designado no item 8.1.1.

8.3.2. O recebimento definitivo, pelo responsável técnico designado pela Administração Municipal, dar-se-á mediante termo circunstanciado ou outro documento hábil que o substitua, assinado pelas partes envolvidas, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em um limite não superior a 10 (dez) dias do recebimento provisório.

8.3.3 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o (a) contratado(a), pelo prazo mínimo de 90(noventa) dias, conforme CDC (código de defesa do consumidor), admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança do material entregue



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.**

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Durante a entrega, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para a Prefeitura Municipal de São Borja, a substituição do objeto que apresentar danos à embalagem. **A substituição deverá ocorrer dentro do prazo máximo de cinco dias do ato da entrega.**

Conforme MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, as luminárias devem possuir garantia mínima de 5 anos contra defeitos de fabricação para todos seus componentes, conexão para aterramento conforme normas vigentes e certificação de acordo com a portaria 62 do INMETRO de 17 de fevereiro de 2022. Os relés fotocontroladores também devem ter garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação

11.1 NA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA, a empresa que tiver a melhor proposta apresentará material técnico contendo ensaios e certificações que comprovem que os requisitos técnicos estão sendo atendidos de acordo com os padrões IESNA LM 79 e IESNA LM 80. Salieta-se que este material não é necessário mandar para laboratório, pois a empresa já tem este material pronto.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Engenheiro Elétrico Henrique Stein CREA/RS 210.535, matrícula 1627.

O suplente(substituto) pela fiscalização do contrato será o Diretor do Departamento de Serviços Urbanos Jesus Cristiano Batista.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. Para cada dia de atraso, após a data final estabelecida para entrega do objeto do presente contrato, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 0,5% (cinco d'cimos por cento) ao dia, sobre o valor total do presente contrato, até o limite de 10 (dez dias), a partir desse período será considerado inadimplente, podendo ser rescindido o contrato.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do serviço e apresentação da nota fiscal, **no prazo máximo de 15(quinze) dias** após o aceite da fiscalização do contrato pelo fiscal Henrique Stein e a liquidação definitiva realizada pelo Departamento de Contabilidade, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR GRUPO DE ITENS(LOTE)- PREÇO GLOBAL

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, **COM MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. A escolha feita por este critério.

A área técnica, após análise detalhada das necessidades operacionais e das especificidades do objeto licitado, apresenta a seguinte justificativa para a adoção do critério de julgamento por “menor preço por grupo de itens(itens), nos termos do § 1º do art. 82 da lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, que englobam aquisição e instalação das luminárias de leds públicas e seus acessórios verifica-se a interdependência técnica e operacional entre as atividades. A execução fragmentada, por meio de adjudicação por item, comprometeria a padronização dos procedimentos, resultantes em dificuldades de coordenação e fiscalização, além de possíveis conflitos de responsabilidade entre diferentes fornecedores.

A contratação por grupo de itens(lote), possibilita a integração das atividades, assegurando maior eficiência na execução, redução de custos operacionais e administrativos, bem como ganhos de escala, que refletem em economia para a Administração. Essa abordagem também favorece a uniformidade na qualidade dos serviços prestados e otimiza a gestão contratual.

Destaca-se, ainda, que o edital estabelece critérios de aceitabilidade de preços unitários máximos, garantindo transparência, economicidade e conformidade com os princípios estabelecidos na legislação vigente. Assim, a opção pelo julgamento por grupo de itens(lote) - VALOR GLOBAL - apresenta-se como a solução mais vantajosa e tecnicamente adequada para o atendimento do interesse público.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Conforme Arts. 62 a 70 da Lei 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

19.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As proponentes interessadas em participar do certame deverão comprovar qualificação técnica para executar o objeto, atendendo obrigatoriamente:

Apresentação de documentos de qualificação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

- a) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- b) Comprovante de registro ou inscrição da empresa junto conselho profissional competente;
- c) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, em nome da empresa de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível ou superior em características com o ora licitado, na parcela de maior relevância que no caso a Instalação de luminárias de LED de no mínimo 50% do quantitativo dos pontos de LED instalados e fornecidos, de iluminação pública. Poderão ser somados quantitativos de atestados diferentes
- c.1) Os atestados de capacidade técnica em nome da empresa e do seu responsável técnico podem se dar em atestados separados ou em um único documento.

d) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, em substituição ao Atestado de vistoria técnica, solicitado no item acima.

e) Comprovação de vínculo do responsável técnico Engenheiro Eletricista devidamente registrado no CREA (conselho regional de engenharia e agronomia), através de certidão de pessoa física dentro de seu período de validade, detentor de atestado de capacidade técnica compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação, pertencente ao quadro funcional da empresa licitante, conforme as condições abaixo:

f) Contrato Social, em caso de sócio, ou:

g) Contrato de Prestação de Serviços, com firma reconhecida em cartório, vigente(s) na abertura do certame licitatório, ou:

h) Carteira de Trabalho – CTPS, cópia das páginas de identificação do empregado e dados cadastrais e página da assinatura da carteira, pela empresa licitante e Folha/Ficha do Registro de Empregados, referente à contratação do profissional.

19.1.1. Para fins de assinatura do contrato a licitante vencedora deverá comprovar o vínculo com o profissional técnico, se sócio, mediante o contrato social e, se for contratado, mediante cópia do contrato de trabalho ou da carteira de trabalho.

19.2 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(x) Sim () Não

19.2.1 Justificativa da necessidade de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica:

19.2.1.1 Justifica-se tal comprovação devido ao fato de que a empresa tenha uma experiência mínima dos serviços exigidos, pois são relevantes para execução do objeto e determinantes para a qualidade técnica da execução efetiva, prezando sempre pela da realização da aquisição destas Luminárias Led e o respectivo serviço a ser projetado no objeto em tela, bem como a razão da natureza técnica do objeto pretendido.

O Atestado de Capacidade Técnica é um documento que serve para comprovar que a empresa vencedora de uma licitação tem competência para cumprir o objeto do edital.

Nesta presente licitação, há Atestado de Capacidade Técnica e deverá obedecer ao artigo 67 , inciso II da lei 14.133/21:

A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#).

19.3 VISTORIA

() Não (x) Sim () Opcional () Obrigatória.

De acordo com a lei 14.133/21 em seu artigo 63:

§ 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação **poderá** prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

§ 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados. A vistoria será feita no DMPD (Departamento de materiais). Para avaliação prévia do local de execução, conforme artigo 63, § 4º, o licitante , através de técnico representante da empresa, poderá contatar a equipe técnica da SMPOP – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO e PROJETOS, até o dia que antecede a licitação, com o Engenheiro Elétrico Henrique Stein, em horário de expediente (7:30 às 13:00), através do telefone (55) 3431- 4080 – ramal 1207, para agendamento da vistoria.

19.4 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

19.5 AMOSTRA

() Não (x) Sim

19.5.1 A contratada deverá apresentar amostra dos materiais a serem oferecidos e instalados conforme especificado abaixo, de acordo com o **MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO**:

ENSAIOS DE RECEBIMENTO

Antes de proceder as instalações, a CONTRATADA deverá apresentar o lote de luminárias, podendo ser parcial, desde que atenda à vigência de execução contratual. A SMPOP(secretaria municipal de planejamento, orçamentos e projetos) selecionará aleatoriamente do lote entregue, 0.83 % (menos de 1% DAS PEÇAS), dentre os modelos ofertados para envio a ensaio de comissionamento em laboratório acreditado no INMETRO, conforme item 11 da planilha quantitativa que consta no item 1.4 desta TR. A CONTRATANTE deverá indicar o laboratório a serem feito as amostras, à qual comunicará a escolha à CONTRATADA, para fim exclusivo de tratativa comercial, sob as penas das sanções previstas em lei.

A CONTRATADA será a responsável pela contratação do laboratório acreditado INMETRO.

Após o envio das peças ao laboratório acreditado INMETRO pela CONTRATADA e aprovação destas peças , deverá ser expedido um laudo por este laboratório, o qual será enviado para a CONTRATADA e a CONTRATANTE(Prefeitura de São borja), que dará o aval para dar início aos serviços de instalação. Caso haja reprovação de qualquer uma das peças enviadas ao laboratório, todo o lote deverá ser substituído, inclusive das luminárias que estiverem instaladas. A reprovação do lote ensejará da impossibilidade de medição do item 11 da planilha quantitativa e seu consequente pagamento. Ou seja, o item 11 da planilha quantitativa que consta no item 1.4 desta TR somente será pago se houver aprovação total das peças enviadas ao laboratório. Os ensaios seguirão as normas constantes na portaria 62/2022. Por se tratar de uma diligência e não de ensaios para processo de certificação, o critério de três amostras para os ensaios de eficiência energética não será obrigatório. Caso haja reprovações em ensaios destrutivos, a contratada deverá repor a luminária destruída sem ônus ao contratante.

19.6 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

19.6.1 Para a execução do objeto, na excelência do seu atendimento, a CONTRATADA deverá aplicar todas as técnicas estabelecidas em normativas disponíveis no mercado: NBR 5410 - Execução das Instalações Elétricas em Baixa Tensão ABNT;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

GED 15132 - Fornecimento de Energia Elétrica para a Instalação de Conjuntos de Iluminação Pública – RGE – Grupo CPFL;

NBR 5101/2018 – Iluminação pública – Procedimento;

Portaria nº 62 INMETRO

NR 10 – Segurança em instalações e serviços de eletricidade.

19.6.2 A montagem, operação e manutenção das instalações elétricas deverão obedecer rigorosamente a NR-10. Norma Regulamentadora que estabelece princípios gerais de segurança ou complementares às Normas Técnicas Brasileiras

19.7 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Aplica-se devido ao valor médio a ser licitado ser inferior a receita bruta estabelecida para fins de enquadramento de empresa de pequeno porte, de acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

19.8 DAS VEDAÇÕES

Não poderão concorrer neste Pregão os interessados:

19.8.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

19.8.2. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

19.8.3. que se encontrem sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

20.1 Foram feitas pesquisas de preços nos site banco de preços/licitacom e foi encontrada a Mediana dentre todos os fornecedores(sites e pesquisa direta) que estão no anexo separado, juntamente com a justificativa de acordo com o decreto 20.108/23.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos encontram-se alocados no Orçamento Geral do Município.

Os recursos para custear as despesas descritas neste Termo ocorrerão à conta das seguintes dotações:

3.3.3.9.0.30.00.00.00 - RECURSO (1751 – 1002 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA) - MATERIAL DE CONSUMO (PEÇAS) - 43104

3.3.3.9.0.39.00.00.00 – RECURSO (1751 – 1002 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (SERVIÇOS) - 43096

22.2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CONTRATAÇÃO

Órgão (21): Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança, Trânsito e Defesa Civil- SMSMSTD

Unidade (0902) : Desenvolvimento da Infraestrutura

Função (090215) : Urbanismo

Programa (090215.451) : Infraestrutura Urbana

Projeto/ Atividade (090215.451.01032072) : MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

São Borja/RS, 13 de janeiro de 2025

**Vitor Hugo Cacciatore Bonetti/
Tiecher
Agente Administrativo
Matrícula 111094027
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Nome/Função/Cargo**

**Moacir Antônio de Oliveira
SECRETÁRIO DA PASTA**

**(X) Defiro
() Indefiro**

**Prefeito de São Borja/RS
José Luíz Rodrigues Machado**